

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

**Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional**

realização:

**CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000
Tel/fax.: (0xx11) 6232-5728
e-mail: cnrbma@uol.com.br
(assessoria de imprensa)

apoio:



**SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE**

**GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
CUIDANDO DE GENTE**



MAB
Programa MaB
"O Homem e a Biosfera"



SÉRIE GESTÃO DA RBMA

Caderno nº 25



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA RESERVA DA BIOSFERA DA
MATA ATLÂNTICA - 2003**

Organização: Clayton Ferreira Lino
Heloisa Dias
João Lucílio Albuquerque
Mario Cencig

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária
- Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo
- Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA
- Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica
- Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal
- Cad. 16 - Barra de Mamanguape

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica
- Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica
- Cad. 15 - Mata Atlântica
- Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica
- Cad. 23 - Certificação Florestal

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia
- Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul
- Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco
- Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560
- Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção
- Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina

Caderno nº 25

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - 2003

Organização: Secretaria Executiva do CNRBMA
Clayton Ferreira Lino
Heloisa Dias
João Lucílio Albuquerque

Este documento foi produzido pela Secretaria Executiva Nacional, o Conselho Nacional da RBMA, e Comitês Estaduais da RBMA.



Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Caderno nº. 25

Série: GESTÃO DA RBMA

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino e João L. R. Albuquerque

Revisão: João Lucílio Albuquerque/Clayton Ferreira Lino

Projeto Gráfico: Elaine Regina dos Santos

Editoração e Arte: Marcia Barana

Colaboração: Dolores Biruel

Ficha Catalográfica:

P712 Planejamento estratégico da reserva da biosfera da Mata Atlântica 2003 / organização : Clayton Ferreira Lino [et al.] . - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003. 54 p. ; 21cm. - (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série gestão da RBMA, 25).

1. Planejamento Estratégico - RBMA 2. Gestão da RBMA 3. Programas e Projetos RBMA. I. Lino, Clayton Ferreira II. Dias, Heloisa III. Albuquerque, João Lucílio IV. Cencig, Mario Oscar.

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera:
Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas da Biosfera
02377-000 - São Paulo - SP - Brasil - Tel/fax: 0xx11 6232-5728
rbma@iflorestsp.br, cnrbma@uol.com.br

É uma publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com o patrocínio do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Biodiversidades e Florestas, UNESCO-MaB, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA

Impressão: Novo Fitolito Editora Gráfica Ltda.

Tiragem: 3.000 exemplares

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento desde que citada a fonte.

São Paulo
Novembro 2003



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - 2003

Organização: Clayton Ferreira Lino
Heloisa Dias
João Lucílio Albuquerque
Mario Cencig

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



À UNESCO, através de seus escritórios Paris/Montevidéo e Brasil pelo permanente apoio à consolidação e desenvolvimento das Reservas da Biosfera em nosso país.

Esta publicação representa uma importante etapa no desenvolvimento da RBMA, fruto de uma produtiva experiência ao longo dos 10 anos de declaração pela UNESCO, concretizando um trabalho coletivo que aponta novos caminhos para a Reserva e para a implementação do Programa MaB no Brasil.



SUMÁRIO:

	Pág.
Apresentação	09
1. Introdução	11
1.2 Características particulares da RBMA	13
2. Planejamento estratégico da RBMA	17
2.1 Processo de discussão do planejamento estratégico da RBMA	18
2.2 Considerações iniciais sobre planejamento estratégico	20
2.3 A visão e a missão da RBMA	21
3. Diagnóstico da situação	23
4. Objetivos da rbma	23
4.1 Princípios básicos	24
4.2 Objetivo geral	24
4.3 Objetivos específicos	24
5. Estratégias da RBMA	25
5.1 Estratégias territoriais da RBMA	25
5.2 Estratégias de gestão da RBMA	26
5.3 Estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável da mata atlântica	28
5.4 Estratégias de comunicação da rbma	29
5.5 Estratégias de captação de recursos financeiros da RBMA	30
6. A dinâmica de implementação da RBMA	31
7. O sistema de gestão da RBMA	32



7.1	Conselho nacional da RBMA/CN-RBMA	32
7.2	Bureau da RBMA	33
7.3	Secretaria executiva nacional do CN-RBMA	33
7.4	Comitês e sub-comitês estaduais da RBMA	35
7.5	Colegiado regional	36
7.6	Entidades vinculadas à RBMA	37
7.7	Entidades associadas	39
7.8	Outras questões relativas à gestão da RBMA	40
8.	Programas e projetos da RBMA	46
9.	Recomendações complementares aprovadas no planejamento estratégico da RBMA	48
9.1	Para o sistema de gestão	48
9.2	Para os programas e projetos	49
10.	Prioridades	49
10.1	Consolidação da secretaria executiva nacional do cn-rbma	49
10.2	Elaboração do plano de ação para a RBMA	50
10.3	Busca de recursos financeiros	50
10.4	Consolidação do sistema de gestão da RBMA	50
10.5	Divulgação do RBMA	51
10.6	Fortalecimento de parcerias para execução de políticas, programas e projetos	52
10.7	Divulgação da RBMA	52
10.8	Fortalecimento das ações em campo	52
10.9	Implementação de políticas públicas	53

APRESENTAÇÃO

Com 35.000.000 hectares e formando um extenso corredor que interliga áreas de 15 Estados brasileiros, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é a maior e mais complexa entre todas as Reservas da Rede Mundial vinculada ao Programa Homem e Biosfera (MaB) da UNESCO. Basta lembrar que no território da RBMA existem cerca de 700 unidades de conservação, centenas de comunidades tradicionais e, em seu entorno, estão cerca de 120 milhões de brasileiros, a maioria das cidades e dos empreendimentos mais dinâmicos da economia nacional, respondendo por aproximadamente 70% do PIB do país. É nesse território que estão os principais remanescentes da Mata Atlântica, uma das mais destruídas e fragmentadas florestas do planeta e ao mesmo tempo, uma das mais ricas em diversidade de paisagens, plantas, animais e culturas humanas.

Criada em 1991 e ampliada sucessivamente em quatro etapas, entre esta data e 2002, a RBMA tornou-se o protótipo de uma nova geração de grandes Reservas da Biosfera que, além de cumprir um papel de Área Protegida Especial, destinada simultaneamente a conservação da natureza e ao desenvolvimento sustentável, cumpre também um importante papel institucional em defesa do Bioma. Com uma forte atuação no campo das políticas públicas, da educação ambiental e um significativo conjunto de programas e projetos técnico-científicos, a RBMA também inovou na criação e implementação de um sistema de gestão descentralizado com órgãos colegiados, compostos paritariamente por instituições governamentais e da sociedade civil. É a maior rede multisetorial em defesa de um bioma no Brasil.



A partir da avaliação de seus 10 anos de existência e dos desafios futuros, iniciou-se em fins de 2001 um amplo processo de Planejamento Estratégico que envolveu todos os níveis e instâncias da Reserva da Biosfera.

O presente documento é o resultado síntese desse processo e além de estabelecer diretrizes para a reestruturação da RBMA, define suas prioridades no horizonte dos próximos 10 anos e também aponta ou consolida estratégias que devem ser adotadas para sua consolidação institucional e programática.

A partir desse planejamento geral serão definidos os Planos de Ação (Nacional e Estaduais) da RBMA com suas respectivas metas, formas de implementação e ações prioritárias para a conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

Clayton F. Lino
Presidente do CN-RBMA

1. INTRODUÇÃO

As Reservas da Biosfera do Programa MaB são definidas pela UNESCO como áreas de ecossistemas terrestres e costeiros, internacionalmente reconhecidas dentro da estrutura do Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB) da própria UNESCO. São assim definidas por sua importância à conservação da biodiversidade e para promoção do desenvolvimento sustentável. Com zoneamento baseado em categorias definidas pela UNESCO (Zonas Núcleo, Amortecimento e Transição), as Reservas da Biosfera são propostas pelos governos nacionais e devem satisfazer uma série de critérios e condições para serem reconhecidas pela UNESCO e assim integradas à Rede Mundial de Reservas da Biosfera.

As reservas da biosfera brasileiras foram incorporadas como Área Protegida Especial do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – através da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, em seu Capítulo VI, Art.41, que considera a Reserva da Biosfera como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações”. O capítulo discorre também sobre o zoneamento das reservas, dizendo que são constituídas por áreas de domínio público ou privado, geridas por um conselho deliberativo e paritário e que são reconhecidas pelo Programa MaB/UNESCO, do qual o Brasil é signatário. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), que completou 10 anos de seu reconhecimento pela UNESCO, foi a primeira unidade dessa categoria no Brasil. É a maior



Reserva da Biosfera brasileira, com aproximadamente 35 milhões de hectares abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde existe ocorrência da Mata Atlântica, sendo 13 costeiros, do Ceará ao Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A Reserva inclui todos os tipos de formações florestais e ecossistemas associados que compõem este grande bioma (Domínio Mata Atlântica), considerado um dos “hot spots” da biodiversidade no mundo.

A Mata Atlântica, embora situada na área mais urbanizada do país, reduzida a pouco mais de 7% de sua cobertura original, em grande parte fragmentada e ainda sob ameaça de destruição em várias regiões, representa uma das mais importantes florestas tropicais do planeta. Nela são encontrados recordes de biodiversidade, imenso valor paisagístico, científico, turístico e cultural. Além disso, a Mata Atlântica presta inúmeros serviços ambientais como, por exemplo, a proteção de solos, da água e de encostas, regulação climática, alternativas econômicas sustentáveis, contribuição para a redução do efeito estufa através da captura do carbono atmosférico, participando significativamente para a economia brasileira tanto no nível local quanto nacional.

Neste contexto a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica tornou-se um caso único entre as mais de 400 reservas da Rede Mundial do Programa MaB/UNESCO, espalhadas em cerca de 100 países dos seis continentes. Na maioria das vezes, as outras reservas da biosfera são relativamente pequenas, possuindo apenas uma Zona Núcleo (áreas protegidas) e seu entorno, não apresentando as dimensões e complexidade que caracterizam a RBMA. Entre as características e particularidades da RBMA destacam-se:

8. PROGRAMAS E PROJETOS DA RBMA

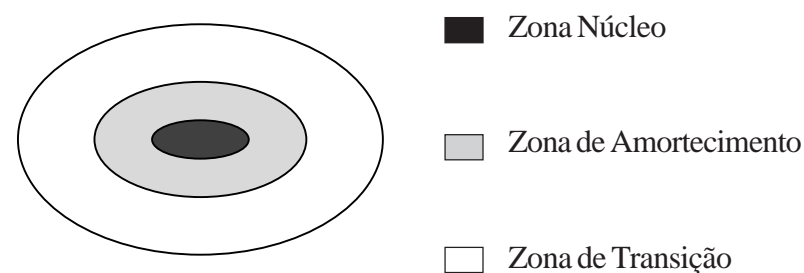
As Linhas de Ação e os Programas da RBMA têm caráter naci-

1.2 Características particulares da RBMA

Quanto ao seu Território

- Foi criada em fases sequenciais ao longo de vários anos: **Fase I** - 1991, **Fase II** - 1992, **Fase III** - 1993, **Fase IV** - 1993 e **Fase V** - 2002, e está em processo de contínuo crescimento.
- É a maior reserva da biosfera em área florestal do planeta.
- Seu Território tem dimensões na escala do Bioma, abrangendo 15 dos 17 Estados do Domínio Mata Atlântica e todas suas fitofisionomias.
- Seu desenho é muito mais complexo que a figura conceitual síntese das Reservas da Biosfera, inicialmente indicada pela UNESCO, incorporando centenas de zonas núcleo, áreas de amortecimento lineares (não necessariamente envoltórias às zonas núcleo) e também as figuras de Corredores Ecológicos, Mosaicos de Unidades de Conservação e Cinturões Verdes no entorno de áreas urbanas e metropolitanas.

Figura inicialmente indicada pela UNESCO.





Mapa esquemático da RBMA.



- Seu território é interestadual, não se restringindo aos limites administrativos dos estados por ela abrangidos.
- Tem áreas junto às fronteiras do Brasil (Uruguai, Argentina e Paraguai) e ecossistemas compartilhados com esses países membros do Mercosul.

- Encontra-se entremeadada na área mais urbanizada e populosa do país, possuindo em seu entorno aproximadamente 120 milhões de habitantes e atividades econômicas responsáveis por 70% do PIB brasileiro.
- Tem áreas de superposição com outras reservas da biosfera brasileiras (RB do Cinturão Verde em São Paulo, RB do Pantanal e RB da Caatinga).

Quanto à sua Gestão

- A RBMA funciona como unidade autônoma em âmbito nacional, vinculada ao Programa MaB/UNESCO, do qual o Brasil é signatário, através da Comissão Brasileira do Programa “O Homem e a Biosfera” – COBRAMaB, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente.
- Seu Sistema de Gestão, descentralizado e composto por colegiados paritários entre governo e sociedade civil, é constituído basicamente por um Conselho Nacional, um "Bureau", uma Secretaria Executiva, Comitês e Subcomitês Estaduais e Colegiados Regionais, que integram as diversas instâncias de governo (Federal, Estadual e Municipal) com entidades da sociedade civil (ONGs, comunidade científica, associações de moradores da Reserva e setor empresarial), com representantes eleitos ou indicados autonomamente pelos respectivos segmentos.
- Durante o processo de Planejamento Estratégico foi aprovada a criação de Colegiados Regionais e seus respectivos Núcleos de Apoio integrando os diversos Comitês Estaduais da RBMA.
- A RBMA conta ainda em seu sistema de gestão com o Instituto Amigos da RBMA (IA-RBMA), uma ONG vinculada, que tem como objetivo específico apoiar e facilitar a



execução de projetos e a captação de recursos para as atividades da Reserva.

- Embora direcione seus projetos e ações em campo para áreas internas de seu território, especialmente em suas Áreas Piloto (prioritárias), a RBMA atua em todo o Domínio Mata Atlântica em questões de políticas públicas, educação ambiental, informação e articulação institucional.
- Além de apoiar projetos de outras organizações, a RBMA desenvolve programas e projetos próprios em várias áreas (Ecoturismo, Águas e Florestas, Manejo de Recursos Florestais, Anuário Mata Atlântica, etc), sempre em parceria com diversas instituições.
- Alguns Comitês Estaduais atuam também como conselhos gestores de grandes projetos de conservação e desenvolvimento sustentável em sua região, em geral provenientes de acordos entre Governo Federal (ou Governos Estaduais) e agentes de cooperação internacional (KFW e GTZ da Alemanha, G-7, Banco Mundial, etc).
- A RBMA possui uma Sede Nacional onde funciona sua Secretaria Executiva localizada no Horto Florestal de São Paulo, com equipe própria dedicada em tempo integral às atividades da Reserva. Alguns Comitês e Subcomitês Estaduais também têm sede e equipes próprias.
- A RBMA atua no campo internacional com participação nas redes de Reservas da Biosfera (Mundial e Ibero-americana), no apoio a outros programas como Sítios do Patrimônio Mundial, além de desenvolver intercâmbio técnico-científico e assessoria institucional a outras reservas da biosfera.

Todos estes aspectos transformaram a RBMA em um protótipo de “uma nova geração de Reservas da Biosfera”, nas palavras da Coordenação Internacional do Programa MaB/UNESCO, que vem apoiando essa iniciativa brasileira, bem como difundindo esse exemplo como um modelo alternativo para a criação de novas reservas da biosfera, ou reestruturações de outras.

O modelo da RBMA foi adotado pela COBRAMaB e pelo Ministério do Meio Ambiente, que definiram como política nacional à criação de pelo menos uma grande Reserva da Biosfera em cada um dos biomas brasileiros, com configuração espacial e sistema de gestão baseados na experiência da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Em consequência, a RBMA incluiu entre seus objetivos o apoio à criação e implantação daquelas “Reservas Irmãs” e à consolidação da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RBMA

Ao mesmo tempo em que foi indiscutível o avanço tanto conceitual, quanto prático na implantação da RBMA nestes 10 anos, aumentou a complexidade de seu sistema de gestão, acumularam-se às demandas e conseqüentemente ampliaram-se às necessidades de igual incremento na capacidade de gestão da Reserva, incluindo nesse contexto recursos humanos, financeiros, administrativos e gerenciais.

A partir da avaliação de seus 10 anos de existência que foi definida como prioritária pelo Conselho Nacional da RBMA, em reunião no mês outubro de 2001 (Praia do Rosa/SC), tornou-se imperativo aprimorar a comunicação com membros e parceiros da Reserva, definir prioridades e implementar novas estratégias de ação. Concluindo assim, a urgência da implantação de um amplo processo de



Planejamento Estratégico. As revisões periódicas são atividades preconizadas pelo Programa MaB.

Para tanto, foi estabelecida uma metodologia de trabalho participativa envolvendo ordenadamente as diversas instâncias da RBMA, tendo como meta central à discussão e aprovação pelo Conselho Nacional da RBMA de um Planejamento Estratégico, levando em consideração um horizonte de 10 anos.

2.1 Processo de Discussão do Planejamento Estratégico da RBMA

O processo de discussão deste Planejamento Estratégico teve o seguinte desenvolvimento:

Etapa 1 – Atividades Preparatórias / Secretaria Executiva

- Reuniões preparatórias: para identificação de pontos fortes e pontos fracos, sistematização de informações, preparação de fichas por projetos e programas, identificação de temas a serem discutidos:
 - 06/03/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo
 - 20/03/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo
 - 17/04/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo
 - 23 e 24/04/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo
- Oficina de Trabalho/Secretaria Executiva:
- Preparação do Documento versão 1.0 para discussão no Bureau, com apoio de moderador:
 - 2 e 3/05/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo

Etapa 2 – Reunião do Bureau

- Discussão do Documento versão 1.0, com apoio de um moderador, na 12ª reunião do Bureau, com a presença de convidados.

- Preparação do Documento versão 2.0 para discussões regionais pela Secretaria Executiva
 - 27-28-29/05/2002 – sede CN-RBMA – São Paulo.

Etapa 3 – Discussões nos Comitês Estaduais e nos Encontros Regionais de Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA do Documento versão 2.0

- Discussões com os Comitês e Sub-Comitês Estaduais.
 - Julho/Agosto 2002
- Preparação do Documento versão 3.0 para discussão no CN-RBMA.
 - Setembro/Outubro 2002: Reuniões Regionais dos Comitês – Nordeste, Sudeste e Sul.

Etapa 4 – Discussões no Conselho Nacional da RBMA do Documento versão 3.0

- Discussão do Documento versão 3.0 para aprovação de seu conteúdo pelo CN-RBMA.
- Preparação do Documento versão 4.0 para apreciação e aprovação final na 13ª Reunião do Bureau.
 - 5-9 novembro 2002 – Aracaju-SE - Discussão do Documento versão 3.0.

Etapa 5 – Aprovação do texto final pelo Bureau, conforme decidido pelo CN-RBMA do Documento versão 4.0 preparado pela Secretaria Executiva

- Aprovação do texto final do documento 4.0 pelo Bureau.
 - 8 de novembro 2002 – Aracaju-SE - 12ª Reunião do CNRBMA

Etapa 6 – Divulgação do Documento Final de Planejamento Estratégico da RBMA



- Envio do documento aos CE-RBMAs para subsidiar o planejamento estratégico da Reserva nos Estados.
- Apresentação do Documento à COBRAMAB.
- Envio do Documento Final à UNESCO.

Etapa 7 - Divulgação e Implementação das Ações Propostas pelo Planejamento Estratégico

- Implementação das ações de curto, médio e longo prazo.

2.2 Considerações iniciais sobre Planejamento Estratégico

As atividades de rotina devem ser entendidas como sendo aquelas atividades usuais que são normalmente executadas e que já estão padronizadas. As atividades de planejamento são propostas visando aprimorar procedimentos ou alcançar determinado objetivo.

No planejamento estratégico voltam-se as atenções para as atividades associadas às mudanças ou expansões que causam impactos, demandam grandes esforços, tempo e grande número de pessoas para serem realizadas.

O processo de planejamento estratégico de uma organização parte da definição da visão de futuro elaborada por seus integrantes em todos os níveis hierárquicos. A visão define e explicita o horizonte - o cenário desejado - e supõe-se que será mantida até atingir esse futuro. Pequenas alterações podem acontecer, mas o essencial será mantido enquanto existir a organização.

A visão adotada condiciona a missão da organização. Trata-se da “razão de ser” da organização, fixando um conjunto de atribuições que podem ter um espaço temporal delimitado.

Definidas a visão e a missão, é realizado um diagnóstico da situação tanto interna quanto externa da organização. Na análise do “ambiente interno”, o foco deve estar na identificação dos pontos fortes e pontos fracos, assim como no “ambiente externo” devem ser levantadas as oportunidades e ameaças.

Contrastada essa avaliação com a missão definida, é fixado o objetivo geral para um período determinado; a escala temporal é importante e deve ser acordada neste ponto do processo. Esse objetivo é pormenorizado em um conjunto de objetivos específicos, a fim de ao mesmo tempo aproveitar as oportunidades, potencializar os pontos fortes, minimizar as ameaças e corrigir os pontos fracos.

Para que esses objetivos possam ser atingidos são traçadas as **estratégias**, que irão direcionar a elaboração de um Plano de Ação contendo as metas, as tarefas, os recursos (humanos e materiais), os tempos de execução e as formas de aferir os resultados para o período em questão.

2.3 A visão e a missão da RBMA

A **visão** explicita qual é o cenário desejado para a Mata Atlântica a longo prazo.

A **missão**, por sua vez, constitui o objetivo maior e traduz a razão de ser da RBMA. Sua definição estabelece referências para o planejamento e gestão da Reserva tendo como pressupostos os objetivos definidos pela UNESCO no Programa MaB.

A UNESCO definiu que as reservas da biosfera têm por objetivo três funções básicas, que são complementares e se reforçam mutuamente.



- **Função de Conservação:** assegurar a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética.
- **Função de Desenvolvimento:** promover, em âmbito local, um desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista cultural, social e ecológico.
- **Função Logística:** dar apoio à investigação, monitoramento, educação e permuta de informações relacionadas com as problemáticas da conservação e do desenvolvimento nos níveis local, nacional e global.

É importante salientar que para a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:

- No que diz respeito à **Função Conservação** incluí-se todo o patrimônio biológico (ecossistemas, espécies e genes), os demais recursos naturais (água, solo, etc), as paisagens e a diversidade étnica e cultural a eles associados.
- No que diz respeito à **Função Desenvolvimento** considera-se que a sustentabilidade pressupõe a integração de conservação e desenvolvimento, a garantia do equilíbrio ecológico, a viabilidade econômica e a justiça social, tanto para as atuais quanto para as futuras gerações.
- No que diz respeito à **Função Logística** prioriza-se a promoção do conhecimento (tradicional e científico) e incluem-se as atividades de pesquisa, resgate e valorização do conhecimento étnico, a educação ambiental, bem como a produção, sistematização e divulgação de informações necessárias ao cumprimento da missão da RBMA.

A partir desses conceitos, da experiência acumulada da RBMA nestes 10 anos e do processo de Planejamento Es-

tratégico, definiu-se a Visão de Futuro e a Missão que deverão dar as diretrizes às ações da Reserva.

A visão de futuro da RBMA

A Mata Atlântica conhecida, conservada e adequadamente manejada em todo seu Domínio, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo.

A missão da RBMA

Contribuir, no Domínio Mata Atlântica, para o desenvolvimento de relações harmônicas entre a sociedade e o meio ambiente, conforme preconizado pelo Programa MaB/UNESCO e pela Política Nacional do Meio Ambiente, promovendo a conservação do patrimônio natural e cultural, o desenvolvimento sustentável e a valorização do conhecimento, tradicional e científico.

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

O diagnóstico da situação da RBMA foi realizado em paralelo ao Planejamento Estratégico através de um amplo processo de discussão e os seus resultados estão reunidos no documento “Avaliação dos 10 anos da RBMA”.

4. OBJETIVOS DA RBMA

Estabelecidas a visão de futuro e a missão, e com base no diagnóstico, foram redefinidos os princípios básicos e determinados o objetivo geral e os objetivos específicos da RBMA.



4.1 Princípios Básicos

Todas as ações do Sistema de Gestão da RBMA devem seguir os seguintes princípios básicos aprovados pelo Conselho Nacional da RBMA:

- Articulação Intersetorial / Cooperação / Parcerias
- Diálogo / Busca de Consenso
- Interdisciplinaridade
- Visão Nacional na escala do Bioma
- Representatividade das regiões abrangidas pela RBMA (NE,SE,S-CO)
- Participação e Descentralização na Gestão da RBMA
- Estímulo / Incentivo às iniciativas em prol da Mata Atlântica
- Atitude construtiva e propositiva
- Continuidade nas Ações e Programas
- Avaliação Permanente / Monitoramento
- Não superposição de competências institucionais
- Transparência e ética
- Divulgação dos conceitos e das ações que embasam a RBMA
- Respeito e valorização da pluralidade cultural

4.2 Objetivo Geral

Consolidar-se como um importante instrumento para a conservação e a promoção do desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica.

4.3 Objetivos Específicos

- Consolidar o Sistema de Gestão da RBMA como um instrumento efetivo e eficaz para cumprimento de sua missão;
- Articular os diversos atores do Domínio Mata Atlântica;

- Estimular o desenvolvimento de economias de qualidade (sócio-ambiental) nos vários setores (agrícola, industrial, comércio e serviços) na área da RBMA;
- Desenvolver Programas e Projetos voltados à melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área da Reserva, em especial as comunidades tradicionais;
- Fomentar a produção e a disseminação de conhecimentos sobre a Mata Atlântica e o patrimônio natural e cultural a ela associados;
- Subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com a conservação e com o desenvolvimento sustentável no Domínio Mata Atlântica;
- Estimular o reconhecimento e a valoração dos recursos naturais e culturais da Mata Atlântica, bem como dos serviços ambientais dela provenientes e
- Promover o desenvolvimento de Programas e Projetos voltados à conservação e recuperação da Mata Atlântica, com ênfase na criação e implementação de áreas protegidas.

5. ESTRATÉGIAS DA RBMA

Para o cumprimento da missão e dos objetivos geral e específicos da RBMA, foram reforçadas as estratégias já existentes, e estabelecidas novas, as quais, em seu conjunto, são apresentadas a seguir.

5.1 Estratégias Territoriais da RBMA

- Abranger em seu território a maior parte dos remanes-



centes florestais e dos ecossistemas associados, bem como áreas protegidas, nas diversas fitofisionomias e regiões da Mata Atlântica tendo, por conseguinte, dimensões que permitam uma atuação na escala do bioma e em âmbito nacional.

- Integrar, na definição de seu território, a configuração padrão das Reservas da Biosfera e outros importantes instrumentos de ordenamento territorial voltados à conservação, a exemplo dos corredores ecológicos, dos mosaicos de áreas protegidas, dos cinturões verdes de áreas urbanas e dos planos de bacias hidrográficas.
- Articular a RBMA com as outras reservas da biosfera em áreas de ecossistemas compartilhados.
- Expandir-se em etapas, agregando novas áreas e parceiros, readequando a cada cinco anos seu desenho e atualizando seu zoneamento, na medida em que se consolida sua capacidade de gestão e articulação institucional.
- Definir Áreas Piloto para desenvolvimento, de forma prioritária e sustentável, de programas e projetos demonstrativos, visando a efetiva implementação em campo dos conceitos e funções da RBMA.

5.2 Estratégias de Gestão da RBMA

- Atuar como um instrumento de articulação intersetorial e interinstitucional, organizando sua gestão em sistemas colegiados e democráticos, com participação representativa, equilibrada e paritária de instituições governamentais e dos vários setores da sociedade civil.
- Assegurar a autonomia dos diversos componentes do sistema de gestão da RBMA, sem prejuízo da coerência conceitual, estrutural e dos princípios e diretrizes da Reserva.

- Incrementar a negociação e o consenso entre os vários setores governamentais, não governamentais e comunidades locais, valorizando o estabelecimento de parcerias.
- Consolidar estruturas gerenciais próprias e permanentes, assim como instrumentos ágeis de apoio e execução administrativa e financeira em todos os níveis do sistema de gestão.
- Articular o Sistema de Gestão da RBMA com Comitês de Bacias Hidrográficas e outros organismos gestores de recursos naturais e de ordenamento territorial no Domínio Mata Atlântica.
- Promover a capacitação dos membros do sistema de gestão da RBMA para que possam atuar de acordo com os princípios, diretrizes e prioridades da Reserva.
- Incorporar o monitoramento sistemático e periódico como atividade de rotina nos programas e projetos da RBMA.
- Colocar o Sistema de Gestão da RBMA à disposição de projetos de conservação na Mata Atlântica, a exemplo do Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica/PPG-7, dos Projetos Bilaterais dos Estados com o KFW e Sítios do Patrimônio Mundial Natural.
- Promover a permanente revisão e adequação do sistema de gestão da RBMA, considerando-se a dinâmica interna da própria Reserva e das transformações sócio-econômicas e ambientais no Domínio Mata Atlântica.

5.3 Estratégias de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica

- Contribuir política e institucionalmente para a elabora-



ção e implementação de políticas públicas, programas e fundos voltados para a conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica em todo seu Domínio.

- Apoiar a criação, implantação e a gestão participativa de áreas protegidas (Unidades de Conservação e outras) públicas e privadas (RPPN e outras) na Mata Atlântica.
- Contribuir para a ampliação de conceitos e mecanismos de conservação “in situ” na área do Domínio Mata Atlântica a exemplo de corredores ecológicos e mosaicos de UCs.
- Apoiar a realização de ações e projetos, na perspectiva de uma economia de qualidade, que visem o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis e que incentivem a geração de emprego e renda entre as comunidades estabelecidas na área da Mata Atlântica.
- Apoiar projetos demonstrativos e de capacitação, especialmente nas áreas de ecoturismo, conservação e recuperação de águas e florestas, valorização cultural, agroecologia, consumo sustentável, manejo de recursos naturais e outros que tenham nas comunidades e instituições locais seus principais atores e beneficiários.
- Estimular a participação da comunidade no processo de monitoramento e gestão ambiental da Mata Atlântica.
- Fomentar o desenvolvimento de estudos com vistas a subsidiar o manejo, a conservação, a recuperação, a valoração de serviços ambientais e a adoção de políticas públicas para os recursos naturais da Mata Atlântica.
- Fomentar o desenvolvimento de estudos e projetos com vistas à identificação, valorização e preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) associado à Mata Atlântica.

- Promover a capacitação e o intercâmbio de experiências envolvendo agentes locais, técnicos de entidades parceiras e outros para a conservação, recuperação e manejo sustentável da Mata Atlântica.
- Estudar, propor e estimular o uso de mecanismos de apoio à conservação e ao uso sustentável da Mata Atlântica pela iniciativa privada, a exemplo da criação de reservas particulares e certificação ambiental de produtos e serviços.
- Participar de encontros, grupos de trabalho e redes nacionais e internacionais voltadas à promoção do conhecimento, da conservação, do desenvolvimento sustentável, bem como da difusão e consolidação do Programa MaB.

5.4 Estratégias de Comunicação da RBMA

- Prever em todos os programas e projetos da RBMA a ampla divulgação e difusão de seus resultados e produtos.
- Divulgar o conceito e a importância da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em âmbito nacional e internacional, destacando ser esta um dos principais instrumentos para a conservação e o desenvolvimento sustentável do Bioma Mata Atlântica.
- Incrementar a produção da Série Cadernos da RBMA, bem como de outras publicações, vídeos e material de divulgação da Mata Atlântica e da Reserva.
- Produzir, reunir, sistematizar e difundir em linguagem apropriada as informações sobre a Mata Atlântica.
- Promover encontros, seminários e outros eventos para intercâmbio de experiências e discussão de temas de interesse da Mata Atlântica.



- Estimular atividades pró-Mata Atlântica de outras organizações por meio de divulgação, apoio institucional e premiação, a exemplo do “Prêmio Muriqui” e do “Prêmio Mata Atlântica para Iniciativas Municipais”.
- Valorizar a logomarca “Muriqui” e manter a unidade de comunicação da RBMA apoiada nesta marca.
- Criar uma estrutura de comunicação, utilizando assessoria de imprensa própria e articulando com instituições parceiras para trabalhar os diversos meios de comunicação.
- Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de campanhas em prol da Mata Atlântica.
- Elaborar e manter atualizado o *site* da RBMA.

5.5 Estratégias de Captação de Recursos Financeiros da RBMA

- Identificar e divulgar as fontes de recursos financeiros destinados a projetos de interesse da Mata Atlântica e estimular a otimização do uso dos recursos.
- Estimular a criação de novos fundos de financiamento (governamentais e privados) voltados para conservação e recuperação do patrimônio natural e cultural do Bioma Mata Atlântica.
- Concentrar esforços visando a destinação de recursos específicos para a implementação da RBMA nos orçamentos da União, Estados e Municípios.
- Promover o uso da “marca” da RBMA e desenvolver produtos que além de divulgar a Mata Atlântica e a Reserva, contribuam para a captação de recursos para seus projetos.

- Elaborar projetos de captação de recursos voltados ao fortalecimento institucional e programas temáticos da RBMA, diversificando as fontes de financiamento.
- Captar recursos financeiros que permitam apoiar projetos propostos pelas diversas instâncias do Sistema de Gestão da RBMA.
- Consolidar as parcerias existentes e estabelecer outras para ampliar e otimizar recursos dos projetos e programas de interesse comum.
- Fortalecer a estrutura do Instituto Amigos da RBMA para captação de recursos e implementação de projetos da Reserva.

6. A DINÂMICA DE IMPLEMENTAÇÃO DA RBMA

Para a implementação dos seus objetivos e estratégias, a RBMA apóia-se principalmente em seu sistema de gestão, no desenvolvimento de programas e projetos e em sua atuação político-institucional.

7. O SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA

Uma das prioridades da RBMA nestes últimos anos foi a criação e consolidação de um sistema de gestão próprio que atendesse aos princípios gerais das Reservas da Biosfera e às especificidades da RBMA.

A partir das discussões e aprovação do conteúdo do Planejamento Estratégico no âmbito do CN-RBMA, o Sistema de Gestão da RBMA ficou assim configurado:



7.1 Conselho Nacional da RBMA – CN-RBMA

O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CN-RBMA) é o seu órgão máximo de gestão, ao qual cabe estabelecer as diretrizes para os trabalhos de implantação desta Reserva. Concebe seu Plano de Ação e deve realizar sua avaliação periodicamente. Sua composição é paritária, sendo 20 membros governamentais e 20 membros da sociedade civil. Dos 20 membros governamentais, 4 representam o Governo Federal, sendo 3 do Ministério do Meio Ambiente e 1 a ser convidado pelo Conselho; 15 dos Governos dos Estados que compõem a Reserva e 1 representa os Municípios. Dos 20 não governamentais, 6 representam o setor científico, 6 representam as ONGs ambientalistas e 6 as comunidades de moradores inseridas na área da RBMA. Cada um desses 3 segmentos não governamentais conta com 2 representantes de cada região da Reserva (Nordeste, Sudeste e Sul/Centro-Oeste) e há, além desses 18, outros 2 membros da iniciativa privada convidados pelo CN-RBMA.

Para fins do Sistema de Gestão da RBMA as Regiões Sul e Centro-Oeste (que por ora inclui apenas o MS) são consideradas uma única divisão regional.

O CN-RBMA possui um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em chapa entre seus membros a cada quatro anos, durante a reunião anual do Conselho.

7.2 Bureau da RBMA

O CN-RBMA conta com um Bureau para a agilização de suas atividades. O Bureau tem funções organizativas e facilitadoras, voltadas à preparação da agenda das reuniões do Conselho, à instrução dos assuntos que a compõem e à deliberação de assuntos que lhe forem delegados pelo

Conselho. É formado por 11 membros titulares sendo: 1 representante do Governo Federal, 3 representantes dos Estados das regiões abrangidas, e 4 representantes da sociedade civil (ONGs, cientistas, moradores e empresários) eleitos entre os conselheiros na mesma reunião anual do Conselho que elege a presidência. Outros dois membros convidados serão escolhidos entre os conselheiros, sendo um governamental e o outro da sociedade civil. O décimo primeiro membro é o Presidente do CN-RBMA, que também preside o Bureau.

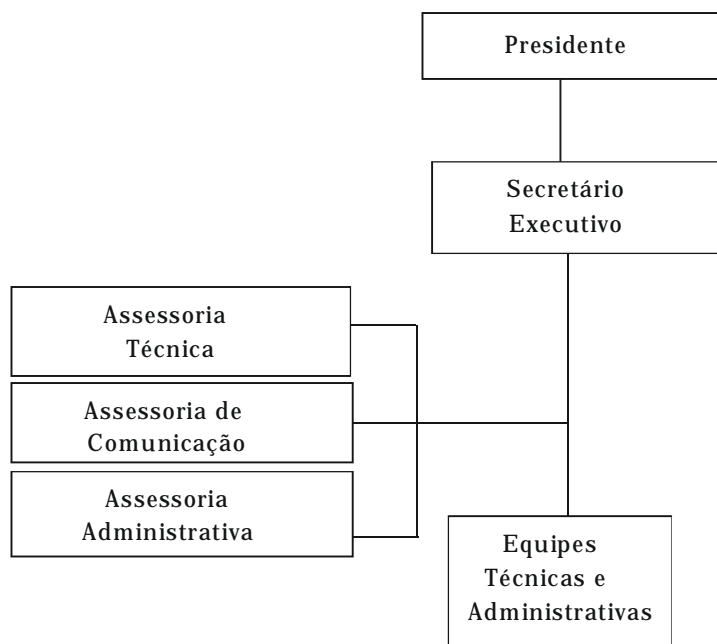
7.3 Secretaria Executiva Nacional do CN-RBMA

Para implementar suas decisões, o CN-RBMA conta com uma Secretaria Executiva Nacional que é o principal instrumento operacional do Sistema de Gestão da RBMA.

A Secretaria Executiva implementa as decisões do Conselho, articula e apóia todo o sistema, coordena programas e projetos nacionais e viabiliza administrativa e financeiramente todas as ações nacionais da RBMA.



Estrutura Atual da Secretaria Executiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



As atribuições da Secretaria Executiva:

- Assegurar e articular o suporte técnico-científico, logístico e administrativo-financeiro ao Conselho Nacional da RBMA;
- Implementar as deliberações do Conselho Nacional;
- Apoiar ações e fomentar a articulação do Sistema de Gestão da Reserva;
- Organizar a documentação, assegurar a memória técnico-científica e gerencial da Reserva e servir como seu centro de referência;

- Promover programas e projetos e subsidiar políticas públicas de acordo com as estratégias e prioridades definidas pelo CN-RBMA, e
- Difundir os princípios, projetos e atividades da RBMA.

7.4 Comitês e Subcomitês Estaduais da RBMA – CE-RBMA

Comitês:

Os Comitês Estaduais são as instâncias que coordenam a implantação da Reserva nos respectivos estados, mantendo os princípios e diretrizes delineados pelo CN-RBMA, com a finalidade de promover políticas públicas e estimular projetos e atividades voltadas ao conhecimento, à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica. Atuam como instâncias de articulação interinstitucional dos órgãos governamentais (em todos os seus níveis e instâncias), das organizações não-governamentais (ambientalistas e sociais), do setor científico, dos moradores locais (especialmente as comunidades tradicionais) e dos setores empresariais em cada estado abrangido pela Reserva.

Sub-Comitês:

Os Sub-Comitês são estabelecidos pelo Comitê Estadual e reconhecidos pelo Conselho Nacional, ou por seu Bureau, quando as dimensões e características da RBMA no estado assim o exigirem. Têm por objetivo atender as peculiaridades regionais e ampliar a participação local na implementação da Reserva. Os Sub-Comitês dentro de sua área de atuação devem seguir as mesmas normas e atribuições definidas para os Comitês Estaduais.



Os Comitês e Sub-Comitês Estaduais da RBMA, por serem instâncias de articulação e apoio, não devem substituir qualquer órgão em suas atribuições ou competências. Tem caráter consultivo junto às instâncias e instituições que atuam na Mata Atlântica e caráter deliberativo para as questões internas da RBMA, ou para outras atribuições que lhe forem delegadas em cada estado.

7.5 Colegiados Regionais

No processo de Planejamento Estratégico foi proposta a criação de Colegiados Regionais, constituídos por todos os Coordenadores de Comitês Estaduais da RBMA de cada uma das regiões da Reserva (NE,SE,S-CO), com o objetivo de:

- Articular os interesses regionais visando o trabalho conjunto dos Comitês Estaduais e a promoção dos Encontros Regionais da RBMA.
- Estimular e apoiar a consolidação do Sistema de Gestão em cada um dos Estados de sua região.
- Promover em conjunto com os Comitês Estaduais e a Secretaria Executiva Nacional o fluxo permanente de informações e rotinas operacionais entre as instâncias nacional, regionais e estaduais da RBMA.

Nas questões de interesse estadual, a relação continuará se dando diretamente entre os Comitês Estaduais e o Conselho Nacional e a Secretaria Executiva Nacional, sem a intermediação da Coordenação dos Colegiados Regionais.

O Colegiado Regional é formado por todos os Coordenadores dos CE-RBMA da região.

A Coordenação do Colegiado Regional poderá ser exercida por qualquer um dos membros dos Comitês Estaduais, ou do Conselho Nacional da RBMA, eleito por maioria simples pelo Colegiado Regional. O Coordenador Regional participará das reuniões do Conselho Nacional da RBMA com direito a voz.

Os Colegiados contarão com um Núcleo de Apoio Operacional para a execução das tarefas de sua competência.

O Conselho Nacional e os Colegiados Regionais definirão conjuntamente os mecanismos para assegurar os meios necessários ao funcionamento desses Núcleos.

A inclusão desta proposta nos Estatutos do Sistema de Gestão da RBMA deverá ser aprovada na Reunião Extraordinária do CN-RBMA para mudança dos estatutos prevista para **outubro ou novembro de 2003**.

7.6 Entidades vinculadas à RBMA

Além de suas instâncias de decisão, o Sistema de Gestão da RBMA conta com Instituições Vinculadas, que contribuem para a difusão dos princípios da Reserva e para a implementação de seus programas e projetos. São elas:

Instituto Amigos da RBMA - IA-RBMA

O IA-RBMA foi criado na 9ª reunião do CN-RBMA, em outubro de 1999 - Ilhéus/BA, tendo como função apoiar a implantação e o fortalecimento da RBMA, captando e gerenciando recursos voltados à sua implantação e executando, quando definido pelo CN-RBMA, a gestão de projetos e atividades de interesse do Sistema de Gestão da Reserva.



Além de objetivos exclusivamente voltados à RBMA, o Instituto tem sua administração composta por membros também vinculados à gestão da Reserva.

O IA-RBMA, embora seja uma ONG juridicamente autônoma, registrada e com CNPJ, e com pessoas físicas associadas, integra o Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera como entidade vinculada e todas as suas atividades seguem as diretrizes e prioridades do CN-RBMA.

Postos Avançados da RBMA

Os Postos Avançados da RBMA, que integram o Sistema de Gestão como entidades vinculadas, são centros de difusão de conceitos, idéias, programas e projetos desenvolvidos na Reserva. Para que uma instituição seja reconhecida como Posto Avançado da RBMA é necessário que seus responsáveis desenvolvam regularmente pelo menos duas das três funções básicas da Reserva, que são: a proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e promoção do conhecimento científico e tradicional.

A solicitação de reconhecimento de um Posto Avançado é feita pela instituição interessada ao Comitê Estadual correspondente, que poderá recomendá-la ou não ao CN-RBMA. As propostas recomendadas para aprovação serão apresentadas na Reunião Anual do Conselho, que solicitará pareceres técnicos especializados de forma a subsidiar a análise para aprovação ou não do Posto em Reunião do Bureau. O monitoramento dos Postos Avançados será feito pelos Comitês Estaduais e os eventuais custos do processo de aprovação e monitoramento serão de responsabilidade da instituição interessada.

Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, cujo território está inteiramente incluído na Reser-

va da Biosfera da Mata Atlântica, foi reconhecida pela UNESCO em 1993 e considerada parte integrante da RBMA. O vínculo da gestão das duas reservas foi formalizado através do Decreto de Criação do Comitê Estadual da RBMA de São Paulo, que definiu entre os subcomitês no Estado o do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

As atividades e os projetos da RBMA na área de superposição são preferencialmente executados pela coordenação da RBCV-SP.

7.7 Entidades associadas a RBMA

Nas discussões do Planejamento Estratégico surgiram questões relativas à gestão da RBMA envolvendo entidades que não estão diretamente incluídas no sistema da Reserva, mas que podem estar a ela associados, descritos a seguir.

Consórcios Intermunicipais da RBMA

A Reserva representa um ponto em comum (geográfica e conceitualmente) para alguns municípios que pretendem unir esforços para atividades de conservação e desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica. Em consequência disso, dois conjuntos de municípios (um junto à divisa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, outro no Alto Taquari, no Rio Grande do Sul) se organizaram em consórcios associados à RBMA.

Ficou decidido que o Conselho irá averiguar a prioridade ou não em promover esse tipo de consórcio, o interesse de estabelecer vínculo formal com a RBMA e, em caso positivo, definir claramente papéis, mecanismos e meios para tanto. É uma discussão apenas iniciada, sendo necessária uma avaliação sobre os dois casos citados e uma discussão específica sobre a adequação de sua continuidade como entidade associada à RBMA.



Conselhos Gestores de Unidades de Conservação

A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) definiu a necessidade de se criar Conselhos Consultivos (e em alguns casos deliberativos) em todas as áreas protegidas no Brasil. O CN-RBMA por sua vez definiu como prioridade o apoio da Reserva à criação e implantação desses conselhos nas unidades dentro da Reserva, contribuindo também, sempre que possível, para seu aprimoramento institucional nos moldes definidos pela Reserva da Biosfera, ampliando o papel deliberativo em alguns aspectos e recorrendo composição paritária entre governo e sociedade.

Tais Conselhos são fundamentais para a RBMA por serem os órgãos ambientais responsáveis pela gestão das Zonas Núcleo da Reserva, que correspondem às referidas unidades de conservação.

Há também o interesse de que os Comitês Estaduais da RBMA como tal estejam articulados com esses Conselhos. Atualmente o CN-RBMA, através da Secretaria Executiva, está participando em três Conselhos Gestores de unidades de conservação na Área Piloto do Alto Ribeira em São Paulo (PETAR, PEJ, PE Intervalos), responsabilidade esta, que deve passar para o Comitê Paulista.

7.8 Outras questões relativas à gestão da RBMA

Áreas Piloto da RBMA

São áreas selecionadas (Estaduais ou Interestaduais) para desenvolvimento de projetos que propiciem o aprendizado e demonstração prática dos conceitos e funções da RBMA. Promovem a implantação da RBMA por meio de ações locais. As Áreas Piloto devem incluir zona(s) núcleo(s), de amortecimento e de transição e fazer uma análise e a adequação das existentes.

No processo de Planejamento Estratégico decidiu-se pela necessidade de reestudar o papel das Áreas Piloto.

Para ser reconhecida pelo CN-RBMA como Área Piloto, é necessário:

- Existir proposta de Área Piloto aprovada pelo Comitê Estadual com objetivos delineados, entidade responsável pela coordenação da implantação da área e prazo de execução dos objetivos definidos.
- Indicação formal do Comitê Estadual e seu comprometimento com a realização de monitoramento e os relatórios de avaliação da área deverão ser pelo menos assinados e enviados à Secretaria Executiva Nacional.

Grupos Temáticos

O CN-RBMA contava anteriormente com a colaboração de doze Grupos Temáticos para a definição de ações específicas em cada área do conhecimento.

- Áreas Protegidas
- Espécies
- Educação Ambiental
- Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- Qualidade Ambiental (incluindo aspectos geoambientais e recuperação de áreas degradadas)
- Legislação

Embora importante no início da implantação da Reserva, os Grupos Temáticos aos poucos foram sendo desativados em função da dificuldade de agenda entre seus membros e dos custos envolvidos em suas reuniões. Seu trabalho também foi prejudicado pela dificuldade de criar e manter um cadastro amplo de especialistas nos temas relacionados à Mata Atlântica, que poderiam ser membros, temporários



ou permanentes, dos Grupos Temáticos.

Por essas razões a figura dos Grupos Temáticos foi abolida do Sistema de Gestão da RBMA na reunião do Conselho Nacional realizada em Matinhos/PR, em 1998.

Superposição com Outras Reservas da Biosfera

A política brasileira para reservas da biosfera, definida pelo Ministério do Meio Ambiente e COBRAMaB, tem promovido a criação de grandes reservas em todos os Biomas. Aos poucos, essas reservas formam uma extensa “malha biosférica” no país, com áreas de contato e também com superposição, inclusive de zonas núcleo em áreas de ecótonos.

Assim, a área da RB da Caatinga criou superposição com a RBMA em três Áreas Protegidas do Ceará (Ex. Parque Nacional Ubajara), por outro lado, a Fase V da RBMA incluiu o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, também incluído na RB do Pantanal, gerando outra superposição.

Não há ainda uma regra formal para a gestão, enquanto Reserva da Biosfera, dessas áreas de superposição, devendo-se cuidar para a não duplicação de esforços ou estruturas, bem como para que essa dupla titulação seja benéfica para as áreas.

Como parte do Programa MaB e de uma Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, a gestão da RBMA vincula-se ao COBRAMAB e seu organograma vem sintetizado a seguir:

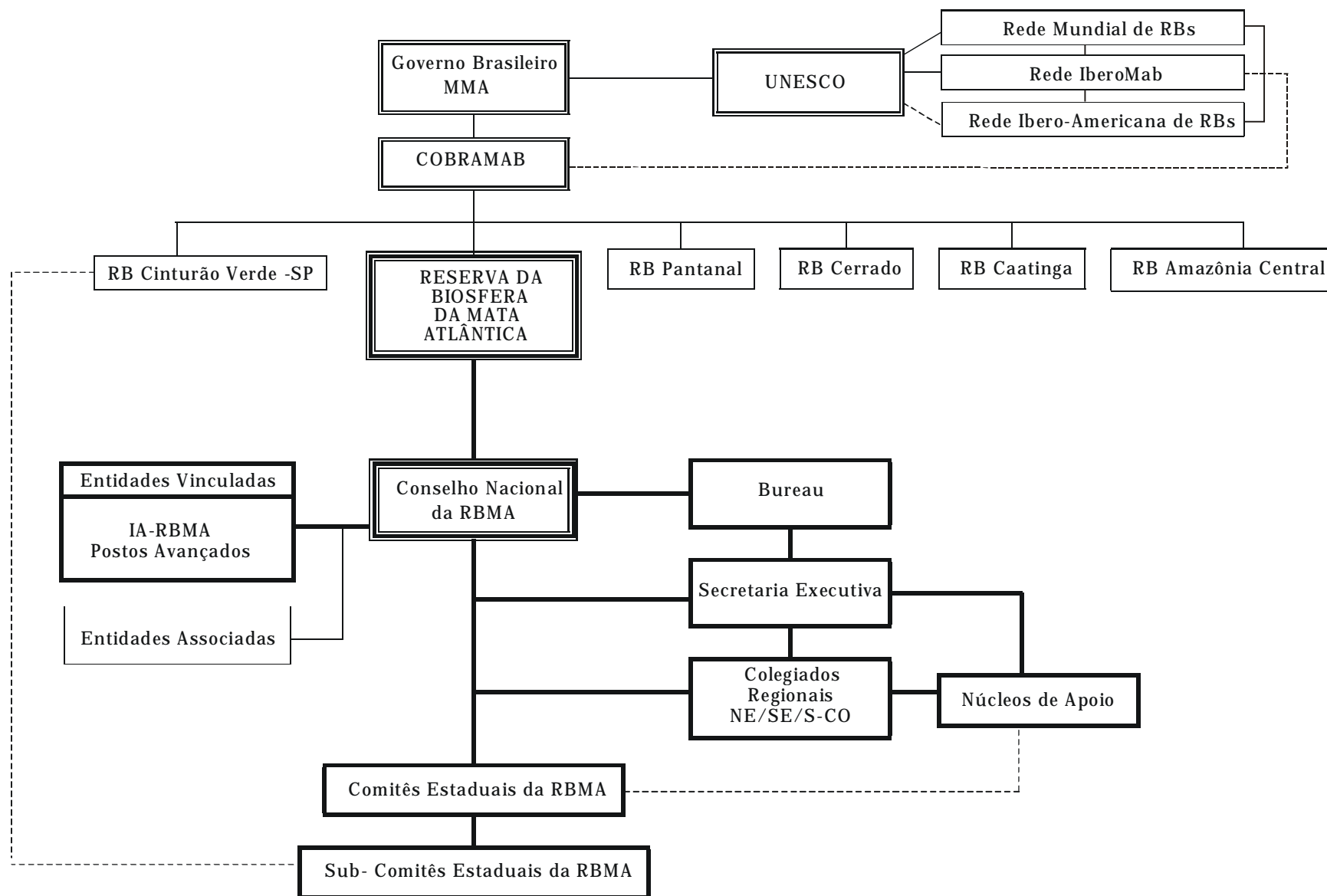
A REDE BRASILEIRA DE RESERVAS DA BIOSFERA



- | | | | |
|---|---|---|---|
| 1 | Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) | 5 | Reserva da Biosfera da Caatinga |
| 2 | Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Sistema RBMA) | 6 | Reserva da Biosfera da Amazônia Central |
| 3 | Reserva da Biosfera do Cerrado | | |
| 4 | Reserva da Biosfera do Pantanal | | |
- Projeção geográfica Datum: WGS 84
Fonte: COBRAMAB, adaptado por RBCV e RBMA



ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE GESTÃO DA RBMA





onal e permanente, enquanto os projetos e atividades têm prazo definido e podem ter abrangência nacional ou local.

A seguir são relacionadas as **linhas de ação** e os **programas** que as compõem:

LINHA DE AÇÃO 1. Gestão e Fortalecimento Institucional da RBMA

Programas:

- Consolidação do Sistema de Gestão da RBMA
- Consolidação Territorial
- Planejamento Estratégico
- Gestores da Mata Atlântica

LINHA DE AÇÃO 2. Políticas Públicas e Relações Institucionais

Programas:

- Legislação e Políticas Públicas
- Campanhas e Mobilização

LINHA DE AÇÃO 3. Relações Internacionais

Programas:

- Cooperação Internacional
- Redes Internacionais

LINHA DE AÇÃO 4. Fomento à Conservação e ao Desenvolvimento Sustentável

Programas:

- Recursos Florestais
- Águas e Florestas
- Turismo Sustentável
- Municípios e Mata Atlântica
- Áreas Protegidas
- Cultura e Mata Atlântica
- Economia de Qualidade

LINHA DE AÇÃO 5. Informação, Comunicação e Educação Ambiental.

Programas:

- Anuário Mata Atlântica
- Comunicação e Educação Ambiental

Cada um desses Programas abrange vários projetos e atividades. Os projetos têm objetivos específicos, recursos e prazos definidos, tendo portanto, caráter temporário. As atividades, por sua vez, estão subdivididas em:

- Atividades de Rotina como, por exemplo, a administração financeira
- Atividades Especiais como, a Reunião do IBEROMAB, por exemplo, que não chegam a constituir um projeto específico.



9. RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES APROVADAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA RBMA

9.1 Para o Sistema de Gestão

- Manter a frequência de uma reunião anual do Conselho Nacional durante o segundo semestre, alternadamente nas três regiões (NE, SE, S-CO).
- Realizar os Encontros Nacionais de Comitês Estaduais da RBMA, anualmente, como evento associado antecedendo a todas as reuniões do Conselho.
- Os Encontros Regionais de CE-RBMA deverão ocorrer, ao menos, uma vez por ano, previamente aos Encontros Nacionais de Comitês Estaduais da RBMA.
- Realizar a cada dois anos o Seminário Nacional da Reserva (temático).
- As indicações dos representantes dos moradores, bem como do setor científico, serão feitas pelos Comitês Estaduais da RBMA e votadas na Reunião Anual do CN-RBMA.
- Devem ser elaborados Planos de Ação trienais, do Conselho Nacional, dos Comitês e Subcomitês Estaduais e o Relatório de Avaliação Periódica pelas mesmas instâncias a cada 1, 5 e 10, anos, segundo critérios e indicadores pré-definidos.
- Cabe ao Conselho Nacional, ou ao Bureau por delegação do próprio conselho, a aprovação de Postos Avançados, a homologação de Áreas Piloto e Sub-Comitês da Reserva, desde que prévia e formalmente recomendados pelos respectivos Comitês Estaduais.

9.2 Para os Programas e Projetos

- Que os atuais programas e projetos do Conselho estejam vinculados a RBMA como um todo, e sejam adotados como o eixo de trabalho de todos os Comitês e Sub-Comitês.

Foram ainda reafirmados os seguintes princípios:

- Que todos os programas e projetos realizados tenham parceria com organizações governamentais e não governamentais.
- Que todos os Programas e Sub-Programas tenham caráter nacional incluindo projetos e atividades nas três regiões da Reserva (NE, SE, S-CO).
- Que se priorizem as Áreas Piloto no desenvolvimento de atividades de campo.
- Que a escolha das áreas, a elaboração e acompanhamento de projetos locais sejam feitos em conjunto pelo CN-RBMA e pelos Comitês e Sub-Comitês da Reserva.

10. PRIORIDADES

Foram definidas prioridades para implementar as estratégias estabelecidas.

10.1 Consolidação da Secretaria Executiva Nacional do CN-RBMA

A consolidação da Secretaria Executiva Nacional foi considerada prioridade, devido ao seu papel articulador de todo o sistema de gestão da RBMA.



Entre os aspectos prioritários para o fortalecimento da Secretaria Executiva destacam-se as necessidades de:

- Organizar e informatizar o acervo documental;
- Assegurar recursos para o fortalecimento institucional, e
- Aprimorar o sistema de comunicação tanto interno quanto externo nas demais instâncias da RBMA.

10.2 Elaboração do Plano de Ação para a RBMA

- Elaboração de um Plano de Ação para a RBMA, atualizado a cada três anos e onde estejam definidas prioridades, metas, recursos e responsabilidades.

10.3 Busca de Recursos Financeiros

- Recomenda-se especial atenção à obtenção de recursos para o fortalecimento institucional da RBMA.
- Recomenda-se também a elaboração de um plano em relação à implementação de Programas e Projetos definidos como prioritários.
- Recomenda-se a diversificação das fontes de recursos com ênfase para o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.

10.4 Consolidação do Sistema de Gestão da RBMA

Entre os aspectos destacados como prioritários para a consolidação do sistema de gestão estão:

- Implantação dos Comitês Estaduais em todos os estados da RBMA.
- Aprimoramento da representatividade do setor empresarial e de comunidades tradicionais no CN-RBMA e demais instâncias do sistema de gestão da RBMA.
- O fortalecimento da articulação regional da RBMA através da criação de Colegiados Regionais, Encontros Regionais de Comitês e Projetos Interestaduais.
- Consolidação da estrutura de funcionamento do IA-RBMA.
- Criação de mecanismos que tornem efetivo o papel dos Postos Avançados enquanto centros de difusão dos conceitos da RBMA.

10.5 Implementação da Rede de Informação e Comunicação

- Reforçar o papel da RBMA no campo do conhecimento científico e tradicional, apoiando a pesquisa, sistematizando e difundindo para a sociedade como um todo as informações necessárias à conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica. Neste campo destaca-se uma maior aproximação com as universidades, a efetivação do Anuário Mata Atlântica e a ampliação de seu sistema de publicações.
- Conceber e implantar uma rede de comunicação e informação da RBMA, assegurando a democratização e o bom funcionamento do seu sistema de gestão, bem como uma maior interação com o público em geral.
- Desenvolver uma política de comunicação e marketing



que inclua a implementação do *Site* da RBMA, do Boletim de Notícias e da Assessoria de Imprensa.

10.6 Fortalecimento de parcerias para execução de Políticas, Programas e Projetos

- Ampliação do número de parcerias visando promover a continuidade e a implementação de novos Programas e Projetos da RBMA.
- Ampliação da participação da RBMA nos fóruns de discussão e decisão relativos às políticas públicas com rebatimento na Mata Atlântica, como por exemplo, CONAMA e Rede de ONGs da Mata Atlântica, bem como no COBRAMAB, Rede Mundial das Reservas da Biosfera, IberoMab e Rede Cytel.
- A integração dos programas da RBMA com outros programas nacionais visando articular políticas e otimizar recursos.

10.7 Divulgação da RBMA

- Atuação junto à mídia e instituições para que a RBMA seja reconhecida e valorizada como importante instrumento para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.
- Maior divulgação da RBMA junto às populações locais, visando a formação de uma identidade cultural entre elas e a Reserva e seu maior envolvimento na implementação da RBMA.

10.8 Fortalecimento das Ações em Campo

O CN-RBMA e os Comitês Estaduais deverão intensificar a articulação com outras instituições governamentais visando:

- Consolidação em campo das Áreas Piloto e Postos Avançados da RBMA, fortalecendo sua estrutura e promovendo, em todo o território da Reserva, projetos inovadores que efetivamente contribuam para o conhecimento, a conservação e o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.
- Ampliação e efetivação do trabalho junto aos municípios e às comunidades locais existentes em seu território.

10.9 Implementação de Políticas Públicas

Em conjunto com os diversos parceiros a RBMA deverá buscar:

- A aprovação da Lei da Mata Atlântica e outros instrumentos jurídicos de interesse para a sua conservação e desenvolvimento sustentável.
- A efetivação da Campanha “Desmatamento Zero na Mata Atlântica” (Rede de ONGs da Mata Atlântica).
- A implementação dos Corredores Ecológicos, contribuindo para a conservação e recuperação da Mata Atlântica nas 3 regiões do Bioma.
- A execução do Sub-programa Mata Atlântica do PPG7 (SBF/MMA).
- A continuidade da produção do Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica (SOS/INPE) e extensão desses levantamentos ao Nordeste (SNE/Estados).



- A conservação e a defesa das Florestas Ombrófilas Mistas e Florestas Estacionais do Bioma Mata Atlântica.
- A criação das Unidades de Conservação públicas e privadas e a implantação dos Conselhos Gestores destas Unidades de Conservação em áreas prioritárias da Mata Atlântica.
- Execução e aumento de novos mecanismos de incentivo à conservação e ao desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica como, por exemplo, a compensação financeira de danos ambientais, o ICMS ecológico e outros.
- A garantia de acessibilidade de instituições de pequeno porte aos fundos ambientais nacionais.